FACULDADE DA CIDADE DE MACEIÓ
CURSO DE DIREITO
ERICKA MONIQUE VIANA DA SILVA

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL

MACEIÓ – AL

2023

ERICKA MONIQUE VIANA DA SILVA

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO
SEXUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Especialista Rodrigo Monteiro de Alcântara.

Maceió – AL

2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus por sua graça e apoio durante esta jornada desafiadora. À minha amada família, especialmente à minha mãe, pai e melhor amiga, Kalyne, agradeço pelo amor e apoio inabalável que me deram, sendo os pilares do meu sucesso. À minha mãe, Joaquina Viana, e ao meu pai, José da Silva, agradeço por seu constante incentivo e orientação valiosa. Aos meus irmãos, André e Anderson, agradeço pela troca de experiências. Este trabalho reflete o que alcancei graças ao amor e dedicação de todos vocês, e estou concluindo este TCC porque vocês acreditaram incondicionalmente em mim. Com todo amor e gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de analisar o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, o fenômeno da globalização, que trouxe avanços para a população em geral, também abriu portas para atividades ilegais. Especificamente, o tráfico de pessoas é uma forma grave de violação dos direitos humanos, transformando indivíduos em mercadorias. O Protocolo de Palermo é um marco internacional no combate a esse crime, definindo a escravidão moderna em um contexto de repressão à criminalidade organizada transnacional e proteção dos direitos humanos das vítimas. No entanto, o Brasil enfrentou desafios significativos na regulamentação desse tema, permanecendo por décadas sem legislação específica. A promulgação da Lei 13.344/2016 representou um importante passo para preencher essa lacuna legal, alinhando-se com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Este artigo busca analisar as principais mudanças introduzidas pela lei, relacionando-as ao Protocolo de Palermo e avaliando seu impacto sobre os direitos humanos das vítimas. O tráfico de pessoas para exploração sexual é uma questão complexa que exige uma abordagem rigorosa por parte da justiça brasileira, a fim de combater efetivamente essa forma de criminalidade e garantir a proteção dos direitos fundamentais das pessoas envolvidas.

Palavras-Chave: Tráfico de pessoas; Exploração sexual; Organização criminosa.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse international human trafficking for the purpose of sexual exploitation. The phenomenon of globalization, which has brought advances to the population in general, has also opened doors to illegal activities. Specifically, human trafficking is a serious form of human rights violation, transforming individuals into commodities. The Palermo Protocol is an international milestone in the fight against this crime, defining modern slavery in a context of repression of transnational organized crime and protection of the human rights of victims. However, Brazil has faced significant challenges in regulating this issue, remaining without specific legislation for decades. The enactment of Law 13.344/2016 represented an important step towards filling this legal gap, in line with the international commitments made by the Brazilian state. This article seeks to analyze the main changes introduced by the law, relating them to the Palermo Protocol and assessing their impact on the human rights of victims. Human trafficking for sexual exploitation is a complex issue that requires a rigorous approach by the Brazilian justice system in order to effectively combat this form of crime and guarantee the protection of the fundamental rights of the people involved.

Keywords: Human traffick. Sexual exploitation. Organized crime.

LISTA DE ABREVIACOES, SIGLAS E SMBOLOS

ART. - artigo

PESTRAF - Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes

N - número

INC. - inciso

ED. – edição

CP – Código Penal

OIT – Organização internacional do trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

UNODC – Nações Unidas Sobre Drogas e Crime

MJ – Ministério de justiça

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

 - parágrafo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	8
2.1 Origem da prática delituosa: Tráfico negreiro.....	9
2.2 Exploração sexual como um dos principais objetivos do tráfico humano.....	11
2.3 fatores que impulsionam o tráfico de pessoas para exploração sexual.....	13
2.3.1 Vulnerabilidades sociais e econômicas das vítimas.....	14
2.3.2 Perfis dos traficantes.....	15
2.3.3 Redes de favorecimento.....	17
3. PERFIS DAS VÍTIMAS.....	18
4. TIPOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL A QUE AS VÍTIMAS SÃO SUBMETIDAS.....	19
4.1 Lenocínio.....	20
4.2 Prostituição.....	21
4.3 Turismo sexual.....	22
4.4 Exploração sexual infantil: pornografia e pedofilia.....	23
5 CONVENÇÃO E TRATADOS INTERNACIONAIS.....	25
5.1 Tráfico de pessoas na lei nº 13.344/16.....	26
5.2 Implicações no procedimento penal.....	28
6 USO DA TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO NA COORDENAÇÃO DO TRÁFICO.....	36
7 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A escravidão sempre foi um negócio lucrativo para os senhores de escravos nos tempos antigos, sendo abolido em diversos países, incluindo o Brasil. O que para uns seria algo libertador na época, acabou se tornando um pesadelo recorrente, pois, esse fenômeno perverso adquiriu novas nuances a fim de perpetua-se, representando, atualmente, grave ofensa aos direitos humanos.

Nesse contexto, o tráfico de pessoas surge como problemas de vastas dimensões, a ponto de ser denominado como “a escravidão contemporânea” e uma das faces mais obscuras da globalização capitalista, visto que tem se tornado o primeiro negócio mais rentável do mundo, ultrapassando o tráfico de drogas e armas. Essa chaga tem origem numa multiplicidade de fatores sociais e culturais: as desigualdades sociais, a primazia do lucro, a mercantilização do ser humano, a impunidade, os paradigmas etnocêntricos e patriarcalistas da cultura e da moral.

O tráfico não é uma questão que se esgota em si mesma, não é um problema isolado ou apenas de índole moral. Está estreitamente conectado com os mecanismos globais derivados de uma estrutura política e econômica alicerçada na injustiça, na violência e na exacerbada cede de lucro por setores das elites dominantes. É resultado de um sistema estruturado e sustentado pela lógica do mercado neoliberal, cujo fim é o cumulo da riqueza nas mãos de poucos, via mercantilização de tudo inclusive de pessoas. É o espelho da racionalidade global que, para manter sua soberania, utiliza de meios espúrios. Nas palavras de Élio Gasda (2011):

Aí se escondem os crimes mais cruéis contra a vida humana, como a escravidão e o tráfico de seres humanos. O Capitalismo sustenta esta máquina de pilhagem de miseráveis com a cumplicidade da sociedade e do sistema financeiro. Ao aceitar o dinheiro do tráfico, os bancos se omitem ante o terror imposto a pessoas indefesas. É dinheiro sujo procedente de bordeis, masmorras, carvoarias, barracões. São dólares de sangue extraídos destes reféns dos criminosos vorazes cujos poder estar longe de esgotar-se.

A estimativa é de que o tráfico movimentava cerca de 32 bilhões de dólares por ano e que o número de pessoas traficadas, segundo a organização internacional do Trabalho (OIT), é 800 mil anualmente. Isso é um lembrete contundente de que, apesar dos avanços sociais e legais ao longo dos anos, a exploração humana persiste como um problema grave e desafiador que exige uma resposta global e unificada. A luta contra o tráfico de pessoas é uma causa urgente que deve unir nações, governos, organizações e indivíduos na busca de um mundo mais justo e humano.

2 TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

O tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é uma prática que flagrantemente viola os direitos humanos, perpetrando uma série de atrocidades que deixam sequelas profundas nas vítimas. Como delineado por diversos estudiosos, esse crime abominável é caracterizado por uma série de elementos essenciais que o distinguem.

Para compreender o conceito subjacente a esse crime hediondo, é fundamental observar que o tráfico internacional de pessoas envolve o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de indivíduos, por meio de ameaça, uso da força, coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade, visando à exploração (OIT, 2006.p.10). Essa exploração pode assumir diversas formas, incluindo a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão moderna ou práticas análogas à escravidão, a servidão ou até mesmo a remoção de órgãos.

É importante ressaltar que o tráfico de pessoas não se limita ao simples cruzamento de fronteiras entre países. Muitas vezes, ele ocorre dentro dos limites de um único país, sendo que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador. O requisito central para caracterizar esse crime abominável é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração, independentemente do consentimento aparente da vítima. Considerando a análise de acordo com a interpretação de Damásio de Jesus (2003):

[...] tráfico pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O ilícito começa com o aliciamento e termina com a pessoa que explora a vítima (compra-a e a mantém em escravidão, ou a submete a práticas similares à escravidão, ou ao trabalho forçado ou outras formas de servidão). O tráfico internacional de pessoas não se refere apenas e tão-somente ao cruzamento de fronteiras entre países. Parte substancial do tráfico global reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país, observando-se que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, nem limita o direito que ela tem à proteção oficial. Requisito central no tráfico é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração¹.

¹ JESUS, Damásio de. 2003, pág. 7-9

Historicamente, o tráfico de pessoas para exploração sexual remonta a épocas antigas, quando conquistadores, ao se apropriarem de novos territórios, frequentemente levavam consigo mulheres para fins de exploração sexual. Esse fenômeno evoluiu ao longo dos séculos e se tornou um dos negócios mais lucrativos do mundo contemporâneo, rivalizando com o tráfico de armas e drogas em termos de lucratividade.

A moderna forma de escravidão sexual que representa o tráfico internacional de pessoas é uma ameaça global que atinge todos os países, seja como fornecedores ou destinatários para fins de exploração sexual. Suas vítimas são frequentemente iludidas com promessas falsas e levadas a outros países, onde enfrentam uma realidade cruel e desumana, repleta de abusos diversos.

Essa prática criminosa também está profundamente enraizada em fatores socioeconômicos, políticos e culturais, incluindo pobreza, instabilidade econômica, questões de gênero e raça, conflitos armados, globalização e corrupção. Além disso, a tecnologia, incluindo a internet, tem sido usada para aliciar vítimas. Portanto, a luta contra o tráfico internacional de pessoas para exploração sexual exige uma abordagem multidisciplinar que envolva não apenas medidas legais, mas também esforços para abordar suas raízes profundas na sociedade.

2.1 Origem da prática delituosa: Tráfico negreiro

O tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual tem raízes profundas na história da humanidade, aludindo à Antiguidade Clássica. Como (ARY, 2009) destaca, essa prática teve início na Grécia e posteriormente em Roma, inicialmente com a captura de prisioneiros de guerra destinados à escravidão. No entanto, durante os séculos XIV e XV, o tráfico de pessoas adquiriu conotações comerciais significativas, especialmente nas cidades italianas, estabelecendo assim os primeiros passos de um sistema de comércio humano, conforme ensina Mariane Strake Bonjovani (2004):

O primeiro caso de tráfico de seres humanos que objetivou lucro aconteceu nas cidades italianas, entre os séculos XIV e XVII, durante o Renascimento. A prática

estimulou o comércio mediterrâneo na Península Itálica, onde também teve início o pré-capitalismo, que pregava o acúmulo de capital².

O tráfico negroiro, em particular, ganhou força com a colonização das Américas, sendo o Brasil uma das colônias de exploração onde essa prática se estabeleceu. Os africanos foram trazidos para suprir a demanda por mão de obra nas plantações e atividades relacionadas à terra, uma vez que a mão de obra indígena se mostrou insuficiente. No entanto, além do trabalho forçado, as escravas negras foram submetidas a uma intensa exploração sexual e prostituição, muitas vezes pelos próprios senhores

Segundo as palavras de Gilberto Freyre (2008):

Mas o grosso da prostituição formou-o as negras, exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras — às vezes meninas de dez anos — que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro, o bloco formidável que defendeu dos ataques afoitezas dos don-juas a virtude das senhoras brancas³.

A transição do tráfico de pessoas ao longo dos séculos é notável. No século XIX, com o declínio do tráfico negroiro devido à pressão internacional, a exploração sexual passou a se voltar para mulheres brancas, especialmente devido às mudanças no cenário econômico e urbano. Esse período também coincidiu com grandes fluxos migratórios, que abriram novas oportunidades para a exploração sexual proliferar. A urbanização crescente e as mudanças nas dinâmicas sociais desempenharam um papel fundamental na evolução dessa prática criminosa, à medida que ela se adaptava aos novos contextos e demandas.

No intuito de combater essa prática, uma série de documentos e acordos internacionais foi promulgada ao longo do século XX. A Liga das Nações, desempenhando um papel central, estabeleceu o primeiro instrumento internacional de combate ao tráfico em 1904, conhecido como o Acordo Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas. Posteriormente, outras convenções, como a de 1910 e a de 1921, foram implementadas. Inicialmente, esses documentos visavam conter a exploração sexual de mulheres brancas, porém, com o tempo, a preocupação se ampliou para abranger todas as formas de exploração sexual.

Como esclarecido por Damásio E. de Jesus (2003):

² 2 BONJOVANI, Mariane Strake. Tráfico internacional de seres humanos. São Paulo: Ed. Damásio de Jesus, 2004. p. 17. (Série perspectivas jurídicas).

³ 5 FREYRE, Gilberto. Casa-grande&senzala: Formação da família brasileira. 48ª ed. São Paulo: Global, 2008. p. 538.

O primeiro documento internacional contra o tráfico (1904) mostrou-se ineficaz não somente porque não era propriamente universal, como também porque revelava uma visão do fato centrada na Europa. O segundo documento de 1910, complementou o primeiro na medida em que incluía provisões para punir os aliciadores, mas obteve apenas 13 ratificações. Os instrumentos seguintes, de 1921 e 1933, que foram elaborados no contexto da Liga das Nações, eram mais abrangentes, mas definiam o tráfico independentemente do consentimento da mulher. Esses quatro instrumentos foram consolidados pela Convenção de 1949, que permaneceu como o único instrumento especificamente voltado para o problema do tráfico de pessoas até a adoção da Convenção de Palermo e seus Protocolos⁴.

Em 2009, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional⁵ foi aprovado, enfatizando a prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças. Este protocolo foi promulgado no Brasil, refletindo um avanço significativo na legislação internacional que agora protege qualquer ser humano de se tornar vítima desse crime, independentemente de sua origem étnica (Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004)⁶.

Ao longo da história, o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual evoluiu de uma prática inicialmente centrada na escravidão e na exploração de prisioneiros de guerra para um comércio altamente lucrativo durante a colonização das Américas. O Brasil desempenhou um papel crucial nesse contexto, sendo um dos últimos países a abolir a escravidão em 1888 por meio da Lei Áurea. Mesmo após a abolição, a exploração sexual continuou a afligir não apenas as mulheres negras, mas também mulheres brancas, à medida que o tráfico de pessoas se adaptava às mudanças sociais e econômicas em curso.

A urbanização crescente e os fluxos migratórios massivos do final do século XIX criaram novas oportunidades para a exploração sexual, levando os Estados a adotar medidas mais rigorosas para combater esse crime. Para lidar com esse desafio global, foram estabelecidos acordos e convenções internacionais ao longo do século XX, visando a prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas em todas as suas manifestações.

2.2 Exploração sexual como um dos principais objetivos do tráfico humano

⁴ JESUS. Damásio E. de, op. cit. p.27.

⁵ Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2000).

⁶ BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção; Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Diário Oficial, Brasília, DF, 12 mar. 2004.

A exploração sexual, dentre as diversas finalidades do tráfico humano, emerge como um dos principais objetivos, caracterizando-se como uma grave violação dos direitos humanos. O tráfico de pessoas abrange uma gama de atividades, incluindo a exploração do trabalho doméstico, rural e urbano, o comércio de órgãos, a escravidão contemporânea, casamentos forçados, adoção ilegal de crianças e muitas outras facetas. No entanto, é notório que a forma de exploração mais comum recai sobre a exploração sexual.

Destacasse que a grande maioria das vítimas desse nefasto comércio são mulheres. Essas mulheres frequentemente são aliciadas sob falsas promessas de emprego e uma vida melhor. No entanto, a cruel realidade que enfrentam é a exploração em diversas formas, incluindo a exploração sexual, a escravidão laboral e até mesmo a extração ilegal de órgãos de seus corpos.

Segundo dados alarmantes da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 2 milhões de pessoas traficadas a cada ano em todo o mundo. As maiores vítimas do tráfico sexual são, invariavelmente, mulheres e adolescentes, em sua maioria afrodescendentes, com idades compreendidas entre 15 e 25 anos. Essas jovens provêm de estratos sociais mais vulneráveis e residem em áreas urbanas desprovidas de recursos sociais. Muitas delas são mães e enfrentam desafios educacionais significativos, frequentemente encontrando-se aprisionadas em atividades laborais de baixa qualificação.

No contexto específico do Brasil, o tráfico de pessoas emerge como uma das principais fontes de renda ilegal, superando até mesmo o tráfico de drogas e armas em termos de lucratividade. De acordo com estimativas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), esse crime chocante movimentava uma quantia assustadora de aproximadamente 32 bilhões de dólares anualmente no país (dados de 2017-2020).

São múltiplos os fatores subjacentes tanto ao tráfico internacional de seres humanos quanto aos movimentos migratórios globais. Esses fatores englobam a falta de garantias efetivas de direitos humanos, a persistente discriminação de gênero, a prevalência da violência contra as mulheres, a disseminação da pobreza, a disparidade nas oportunidades e renda, a instabilidade econômica, a presença de conflitos armados, a ocorrência de desastres naturais e a incerteza política.

Quando as vítimas são arrancadas de suas regiões de origem, frequentemente são coagidas a arcar com os encargos relacionados ao próprio tráfico, como despesas com documentação de viagem, transporte, acomodações precárias, alimentação e vestimentas. Esse ônus financeiro, em muitos casos, as conduz a acumular dívidas substanciais, dando início a um ciclo pernicioso, já que essas dívidas se tornam praticamente intransponíveis. As ameaças

frequentes perpetradas pelos traficantes perpetuam o controle sobre essas mulheres traficadas, mantendo-as aprisionadas em um ciclo infundável de exploração.

A exploração sexual permanece como uma das facetas mais atroz do tráfico humano, explorando a vulnerabilidade de suas vítimas, gerando um ciclo perverso de exploração e abuso.

2.3 Fatores que impulsionam o tráfico de pessoas para exploração sexual

Um recente relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que analisou as tendências do tráfico de pessoas no Brasil no período de 2017 a 2020, destaca uma série de fatores que impulsionam esse crime.

A vulnerabilidade socioeconômica e a falta de oportunidades de emprego decente emergem como fatores críticos que tornam as pessoas suscetíveis às redes criminosas que as exploram para obter lucro. A pobreza e o desemprego foram identificados por mais de 90% dos especialistas consultados como as principais razões pelas quais as pessoas se tornam vítimas desse crime, especialmente no que diz respeito ao trabalho forçado.

A falta de perspectivas econômicas pode levar indivíduos a aceitar ofertas degradantes que, mais tarde, revelam-se uma forma de exploração, muitas vezes sendo sua única opção de sobrevivência. Isso é particularmente evidente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, onde a promessa de uma vida melhor pode ser irresistível.

O relatório⁷ destaca a vulnerabilidade dos migrantes, especialmente da Venezuela, ao tráfico humano. A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais as vulnerabilidades socioeconômicas, tornando as vítimas mais expostas à exploração, abuso e violência. As restrições à circulação impostas pela pandemia também dificultaram a detecção de casos de tráfico de pessoas.

A vulnerabilidade socioeconômica, a falta de oportunidades de emprego decente, a migração forçada, a pandemia da COVID-19 e o uso da tecnologia são fatores que impulsionam o tráfico de pessoas para exploração sexual no Brasil, exigindo uma resposta eficaz e coordenada por parte das autoridades e da comunidade internacional.

⁷ UNODC, Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados de 2017 a 2020, São Paulo.

2.3.1 Vulnerabilidades sociais e econômicas das vítimas

As vulnerabilidades sociais e econômicas das vítimas desempenham um papel fundamental na sua exploração e na sua anuência com os traficantes. Como apontado por Daniel Resende Salgado⁸, a vulnerabilidade não se limita à definição legal de grupos vulneráveis, como menores de idade ou pessoas com deficiências mentais. Ela está relacionada à falta de igualdade material entre os traficantes e as vítimas.

Diversos fatores de vulnerabilidade, como desigualdades de gênero, raça, poder econômico, meio social e nível de escolaridade, como indicado no relatório do UNODC, influenciam o tráfico de pessoas. Essa vulnerabilidade pode ser intrínseca à pessoa ou relacionada ao ambiente em que ela vive, incluindo pobreza, discriminação e violência de gênero.

A falta de recursos financeiros limita as escolhas das vítimas, tornando-as suscetíveis ao recrutamento pelos traficantes. A vulnerabilidade está interligada com fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Em muitos casos, as vítimas veem na exploração sexual a única opção de sobrevivência devido a condições financeiras precárias e à ausência de perspectivas de emprego digno.

Conforme Anália Ribeiro Pinto⁹, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem acesso a oportunidades de emprego decente, são mais propensas a se tornarem vítimas do tráfico humano. Suas escolhas não podem ser consideradas livres e válidas, dada a influência direta da sua situação precária.

A vulnerabilidade das vítimas vai além da idade ou de deficiências físicas ou mentais. Ela está ligada ao ambiente em que a pessoa vive, incluindo a pobreza, desemprego, lares desestruturados, violência doméstica e baixa escolaridade, limitando suas opções de escolha e levando-as a acreditar que a exploração sexual é a única alternativa. Portanto, a análise aprofundada da vulnerabilidade, incluindo a situação financeira, social e educacional da vítima, é essencial para determinar se houve abuso nesse contexto.

⁸ SALGADO, Daniel Resende. Tráfico de seres humanos para fim de exploração sexual: o abuso e a manifestação da vontade em um contexto de vulnerabilidade. Revista do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v. 1, p. 213-228, 2019.

⁹ PINTO, Anália. Tráfico de pessoas: preconceito e discriminação, Revista do Tribunal Regional da 3ª Região, ISSN 1982-1506, São Paulo, 2019.

2.3.2 Perfis dos traficantes

A imagem tradicional de um traficante como um homem predomina, entretanto, as mulheres também desempenham um papel significativo nesse cenário. Segundo a pesquisa requerida pelo Ministério da Justiça (MJ) e pelo UNODC, os homens ainda representam a maioria dos envolvidos no tráfico de pessoas, mas 43,7% dos indiciados são mulheres, que frequentemente atuam no aliciamento direto das vítimas.

A maioria dos traficantes possui mais de 30 anos de idade, o que lhes dá uma aparência de confiabilidade ao abordar suas vítimas e convencê-las a aceitar suas propostas. O processo de recrutamento varia de acordo com o gênero, com os homens geralmente desempenhando papéis na logística, transporte e falsificação de documentos, enquanto as mulheres estabelecem contato direto com as vítimas, apresentando-se como fontes confiáveis.

A conexão social desempenha um papel crucial nas redes de aliciamento. A Secretaria de Políticas para Mulheres¹⁰ destaca que as redes muitas vezes se utilizam de contatos sociais, vizinhança, amizade e parentesco, apresentando as mulheres como fontes confiáveis, o que mascara a natureza criminoso da atividade. Muitas vezes, essas mulheres foram vítimas do tráfico em algum momento de suas vidas e, ao se tornarem aliciadoras, veem isso como a única forma de escapar da exploração em que se encontravam anteriormente.

No tocante às táticas empregadas pelos traficantes, observa-se uma divisão de tarefas dentro do crime organizado. Alguns cuidam do recrutamento, aliciamento, abrigamento e transporte das vítimas, enquanto outros se encarregam da falsificação de documentos, incluindo carteiras de identidade, registros de nascimento, passaportes e vistos. Essas atividades estão interligadas a outras redes criminosas, como o contrabando ilegal de imigrantes e o tráfico de drogas.

De maneira semelhante, Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal (2005) explicam:

Os aliciadores agem dentro da lógica do crime organizado, envolvendo uma divisão de trabalhos/funções. Uma parte cuida do recrutamento/aliciamento/abrigamento e transporte das mulheres/crianças/ adolescentes e outra parte lida com a falsificação dos documentos (carteira de identidade, registro de nascimento, passaporte e vistos).

¹⁰ Tráfico de Mulheres: Política Nacional de enfrentamento, Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, Presidência da República, 2011.p. 15.

Assim, há uma ligação entre as diferentes redes de falsificação de documentos, “contrabando ilegal de imigrantes”, drogas e outras atividades criminosas¹¹.

Os perfis dos aliciadores também variam em termos de classe social. A pesquisa da PESTRAF¹² revela que tanto homens (59%) quanto mulheres (41%) envolvidos no aliciamento têm origens diversas, incluindo aqueles das elites econômicas que possuem boates e locais destinados à exploração sexual. Além disso, é alarmante notar que muitos aliciadores exercem funções públicas, o que facilita a prática do ilícito nas cidades de origem ou destino das vítimas.

A escolaridade também desempenha um papel interessante nos perfis dos traficantes. A OIT¹³ destaca que a complexidade do crime requer, em muitos casos, um nível médio ou superior de escolaridade por parte dos agentes do ilícito, já que operações de tráfico internacional demandam conhecimento e habilidades específicas. Portanto, a educação torna-se um fator relevante, segundo Francisco Bismarck Borges Filho:

Como seria de se esperar, os aliciadores são, em sua grande maioria, pessoas de razoável nível de escolaridade. Isto porque as pessoas de baixa escolaridade certamente enfrentariam grandes problemas em uma operação de proporções internacionais¹⁴.

O tráfico de pessoas não é restrito a uma nacionalidade específica. A PESTRAF¹⁵ revela que, de um total de 161 aliciadores identificados na pesquisa da mídia, 52 são estrangeiros, provenientes de diversas nações, enquanto 109 são brasileiros. Essa diversidade de nacionalidades reflete a complexidade e a amplitude das redes de tráfico internacional de pessoas.

Em última análise, os perfis dos traficantes variam de acordo com as demandas do mercado. Essa atividade criminosa está enraizada na impunidade, resultando da dificuldade do Estado em implementar medidas eficazes de prevenção, proteção e repressão. No entanto, é evidente que o tráfico de pessoas é uma empresa organizada e inteligente, e, portanto, os perfis dos traficantes se adaptam de acordo com as circunstâncias, tornando-o um desafio formidável para as autoridades e a sociedade como um todo.

¹¹ LEAL, Maria Lúcia P. e LEAL, Maria de Fátima P. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: Um fenômeno transacional. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2005. p.12.

¹² LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (org.), op. cit. p. 62.

¹³ OIT, op. cit. p. 26.

¹⁴ FILHO. Francisco Bismarck Borges, op. cit. p. 16.

¹⁵ LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (org.), op. cit. p. 62.

2.3.3 Redes de favorecimento

No tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, à semelhança do tráfico de drogas, as organizações criminosas operam com uma sofisticação e estrutura notáveis. Essas redes de favorecimento habilmente se camuflam por trás de empresas, tanto legais quanto ilegais, muitas das quais operam em setores que à primeira vista parecem completamente inofensivos. Entre esses setores, destacam-se o turismo, entretenimento, transporte, moda, indústria cultural, pornográfica e agências de serviços variados, como massagens e acompanhantes.

A complexidade intrincada dessas redes se torna evidente pela vasta gama de setores comerciais que abrangem, como categorizados pela OIT¹⁶. No âmbito do entretenimento, encontramos prostíbulos, agências de acompanhantes, casas de massagem, casas de shows, danceterias, boates, bares, restaurantes, lanchonetes, motéis e barracas de praia. No setor da moda, ganham destaque as agências de modelos, frequentemente servindo como uma fachada para atividades ilícitas.

Além disso, as agências de emprego são parte integrante desse cenário, utilizadas como ferramenta de recrutamento para empregadas domésticas, babás, acompanhantes de viagens, dançarinas, atrizes e cantoras, criando uma máscara de atividades legítimas para encobrir o tráfico. O campo do vídeo é explorado por produtoras de vídeos pornográficos, enquanto até o serviço de telessexo por telefone é mobilizado para aliciar vítimas. Agências de casamento também são cooptadas por algumas redes criminosas como meio de facilitar o tráfico, frequentemente casando-se com as vítimas para dissimular suas atividades ilegais. O setor do turismo, por sua vez, engloba agências de viagens, hotéis, spas/resorts e empresas de táxi, todos eles susceptíveis de serem explorados para aliciar e transportar vítimas, tirando proveito das fachadas legítimas desses negócios.

A tecnologia, sobretudo a internet, desempenha um papel crucial na facilitação dessas atividades criminosas, permitindo a ampla divulgação do interesse em encontrar novas vítimas para fins de exploração sexual. A PESTRAF¹⁷ destaca que o uso da tecnologia fortalece as redes de tráfico, agilizando o compartilhamento de informações entre elas, bem como o recrutamento, transporte, alojamento, vigilância e controle de suas operações.

¹⁶ OIT, op. cit. p. 56.

¹⁷ LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (org.), op. cit. p. 65.

Além disso, a pesquisa revela que o casamento é uma das redes de favorecimento mais difíceis de serem identificadas, devido ao envolvimento emocional das vítimas. De acordo com um estudo realizado pelo CEAP em 1997, existem duas modalidades de tráfico nessa categoria: mulheres atraídas por anúncios ou pelo turismo sexual, nas quais um contrato é firmado entre o agenciador e o candidato a marido. Esse contrato, muitas vezes, inclui um período de "teste" de três meses, com direito à devolução da vítima caso o traficante não esteja satisfeito.

Além do lucro substancial e do baixo risco de punição associados a esses crimes, as redes de favorecimento do tráfico internacional de pessoas se estendem a serviços relacionados à beleza e ao trabalho braçal, frequentemente impulsionados por grandes obras em certas áreas, o que atrai mais pessoas e intensifica as diversas formas de exploração sexual.

3. PERFIS DAS VÍTIMAS

As vítimas do tráfico sexual tendem a ser predominantemente mulheres provenientes de classes populares, com baixa escolaridade e que vivem em regiões suburbanas com carência de serviços sociais básicos. Essas mulheres muitas vezes desempenham atividades de baixa exigência no mercado de trabalho, o que as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade, tornando-as alvos fáceis para os traficantes.

A pobreza desempenha um papel significativo nesse contexto. A falta de oportunidades econômicas e a escassez de renda empurram muitas dessas mulheres para buscarem alternativas no exterior. Elas veem nas promessas enganosas dos traficantes uma oportunidade de escapar da pobreza, ganhar mais dinheiro e, talvez, proporcionar uma vida melhor para suas famílias no Brasil. Conforme explanado pelo Winrock International Brasil (2010):

Muitas mulheres provenientes de classes econômicas desfavorecidas, e consequentemente com escassas oportunidades de trabalho e renda, acabam por encontrar nas promessas dos traficantes uma esperança de vida nova no exterior, através de um trabalho que lhes permita ganhar mais dinheiro para ter uma vida mais confortável e ajudar seus parentes no Brasil. O trabalho no exterior é visto, então, como uma forma de escapar da pobreza¹⁸.

A discriminação de gênero também é um fator importante que torna as mulheres mais suscetíveis à exploração sexual. A percepção cultural de mulheres como objetos sexuais,

¹⁸ WINROCK INTERNATIONAL BRASIL, 2010, p. 6

juntamente com relações de poder desiguais entre os sexos, coloca as mulheres, tanto adultas como adolescentes, em uma posição de vulnerabilidade. Em sociedades conservadoras, essas mulheres podem ser forçadas a deixar suas comunidades para evitar o estigma e o isolamento, tornando-as ainda mais propensas à emigração.

Além disso, a ausência de oportunidades de trabalho decente, com baixos salários e pouca perspectiva de melhoria, leva as vítimas a buscarem alternativas no exterior. Muitas delas trabalham em setores mal remunerados e sem garantias de direitos, tornando-as alvos fáceis para os traficantes. A perspectiva de ganhos financeiros mais elevados no exterior pode ser um incentivo poderoso para a migração.

A faixa etária também desempenha um papel importante no perfil das vítimas. Segundo a UNODC a maioria das vítimas do tráfico sexual tem entre 15 e 27 anos, uma faixa etária que atende à demanda da indústria sexual. Além disso, muitas dessas vítimas já sofreram algum tipo de violência, como abuso sexual, estupro, negligência ou maus-tratos, o que as torna ainda mais vulneráveis.

A migração indocumentada é um meio comum pelo qual as pessoas buscam melhores condições de vida em outros países. No entanto, essa prática coloca os migrantes em situação de alta vulnerabilidade, tornando-os alvos de contrabandistas e traficantes de pessoas.

4. TIPOS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL A QUE AS VÍTIMAS SÃO SUBMETIDAS

Entre essas manifestações nefastas estão a prostituição forçada, a pornografia, os casamentos forçados e uma série de outras práticas associadas à exploração sexual comercial. O que todas essas formas têm em comum é o fato de que representam uma grave violação da dignidade humana e dos direitos fundamentais das vítimas.

A prostituição forçada é um dos exemplos mais trágicos de exploração sexual. Muitas vítimas são coagidas a se envolverem em atividades de prostituição contra sua vontade, sendo sujeitas a abusos físicos e psicológicos constantes. A pornografia envolve a exploração de pessoas, frequentemente sem seu consentimento, para a criação de conteúdo sexualmente explícito que é disseminado amplamente, causando danos duradouros às vítimas.

Os casamentos forçados são outra forma insidiosa de exploração sexual, em que indivíduos são compelidos a se casarem contra sua vontade, frequentemente com parceiros que

não escolheram e que as exploram sexualmente. Essas práticas desumanas perpetuam um ciclo de abuso e trauma, deixando cicatrizes profundas nas vítimas.

4.1 Lenocínio

O lenocínio, uma prática que remonta aos primórdios da civilização humana, é um termo que denota a exploração sexual de terceiros, envolvendo a oferta de serviços sexuais em troca de dinheiro ou outras formas de recompensa.

Em muitos países, as leis em torno do lenocínio variam significativamente. Algumas nações adotam uma abordagem mais permissiva, regulamentando a prostituição como uma forma de trabalho sexual legítimo, sujeito a controles e regulamentações governamentais. Isso é visto como uma maneira de proteger a segurança e os direitos das trabalhadoras sexuais, bem como de reduzir os riscos associados à exploração sexual não regulamentada.

Por outro lado, muitos países criminalizam tanto o lenocínio quanto a prostituição, argumentando que essa abordagem desencoraja o tráfico de pessoas e a exploração sexual. No entanto, essa criminalização pode levar as trabalhadoras sexuais à clandestinidade, tornando-as mais vulneráveis à exploração e ao abuso.

Independentemente das leis em vigor, a exploração sexual e o tráfico de pessoas para fins de lenocínio são práticas condenáveis. Muitas vezes, as vítimas desses crimes são forçadas a se prostituir contra sua vontade, sujeitas a ameaças, coerção e violência. Em alguns casos, o lenocínio pode estar ligado ao turismo sexual, onde estrangeiros buscam serviços sexuais em países mais pobres, contribuindo para a exploração sexual dessas comunidades.

Segundo diversos autores, como Heleno Cláudio Fragoso¹⁹, o lenocínio é considerado um delito abjeto, pois transgredem os padrões morais e culturais ao lucrar com a satisfação dos desejos alheios. No entanto, há correntes de pensamento que argumentam que a criminalização do lenocínio não é justificada quando envolve adultos plenamente conscientes, e nesse contexto, Guilherme Nucci enfatiza:

O favorecimento da prostituição é basicamente inaplicável, pois envolve adultos e, conseqüentemente, a liberdade sexual plena. A prostituição não é delito e a atividade

¹⁹ 2 FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte especial – artigos 227 a 292. 2. ed. São Paulo: José Bushatsky, 1965. 3 v. p. 511.

de induzimento, atração, facilitação, impedimento (por argumento) ou dificuldade (por argumento) também não têm menor sentido constituir-se infração pena²⁰.

Para combater o lenocínio e a exploração sexual, é fundamental adotar uma abordagem holística que leve em consideração não apenas a legalidade da prostituição, mas também os fatores socioeconômicos, educacionais e de segurança que afetam as pessoas envolvidas nesse setor.

A conscientização pública sobre os riscos associados ao lenocínio e à exploração sexual é igualmente importante, juntamente com o apoio às vítimas e a implementação efetiva das leis para responsabilizar os traficantes e exploradores.

4.2 Prostituição

A prostituição, uma das atividades mais antigas da humanidade, foi mencionada até mesmo na Bíblia, despertando o repúdio de sociedades conservadoras que a consideram ofensiva aos princípios morais e aos bons costumes, visto que envolve a comercialização da intimidade sexual. Como observado por Guilherme Nucci²¹, a prostituição é definida como o comércio habitual da atividade sexual, demandando tempo e frequência.

No Brasil, a prostituição em si não é considerada crime, em respeito ao princípio da intervenção mínima do direito penal, que preconiza o uso das leis penais apenas em situações que firam os direitos e garantias fundamentais. Entretanto, condutas relacionadas à exploração da prostituição, como o lenocínio e o rufianismo, são punidas, conforme a Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Mulheres²².

A diferenciação entre prostituição forçada e voluntária é crucial. A primeira é realizada sem o consentimento válido da vítima e é punida no Brasil, enquanto a segunda pode ser autônoma ou não. A prostituição autônoma é reconhecida como uma atividade profissional, mas frequentemente é praticada por pessoas em situação de vulnerabilidade devido à falta de oportunidades, o que as torna suscetíveis à exploração.

²⁰ NUCCI, Guilherme de Souza, op. cit. p. 74.

²¹ NUCCI, Guilherme de Souza, op. cit. p. 75

²² Tráfico de Mulheres: Política Nacional de enfrentamento, Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, Presidência da República, 2011.p. 28.

A regulamentação, proibição e abolicionismo são três abordagens adotadas pelos Estados em relação à prostituição. A regulamentação, implementada em países como Holanda e Alemanha, tinha como objetivo criar políticas públicas para os profissionais do sexo, mas muitas vezes não atingiu esse propósito. A proibição, adotada nos Estados Unidos, mostrou-se falha, uma vez que a prostituição continua a ser praticada clandestinamente. No Brasil, o abolicionismo permite o exercício da profissão, tratando as prostitutas como cidadãs com direitos iguais perante a lei, enquanto proíbe a exploração da prostituição alheia.

No cenário brasileiro, houve tentativas de regularizar a prostituição, como o Projeto de Lei nº 98/2003 apresentado por Fernando Gabeira e o Projeto de Lei nº 4.211/2012, conhecido como Lei Gabriela Leite, proposto por Jean Wyllys. No entanto, essas propostas enfrentaram obstáculos e ainda aguardam análise.

As opiniões em relação à prostituição divergem. Alguns a veem como uma forma de exploração baseada no gênero, que viola a dignidade humana, enquanto outros a consideram um trabalho como qualquer outro, defendendo a autonomia da vontade. No entanto, o direito penal ainda não conseguiu estabelecer medidas efetivas para proteger e garantir a dignidade das profissionais do sexo.

Enquanto a sociedade mantiver um posicionamento consideravelmente retrógrado em relação à prostituição, será difícil implementar medidas eficazes. O abolicionismo, ao tratar as pessoas que exercem essa atividade como qualquer outra e ao oferecer medidas públicas de apoio e proteção, representa uma abordagem mais próxima do ideal, capaz de reduzir o estigma em torno da profissão e as explorações que a acompanham.

4.3 Turismo Sexual

O turismo sexual é uma sombria manifestação da exploração sexual que se entrelaça de forma insidiosa com o tráfico internacional de pessoas. Nesse cenário, indivíduos vulneráveis são explorados em destinos turísticos por aqueles que buscam relações sexuais comerciais. Como observado, "o ilícito está intimamente ligado ao tráfico de pessoas e à exploração sexual", e esta prática tem efeitos profundos não apenas sobre as vítimas, mas também sobre as comunidades locais e a integridade dos destinos turísticos em todo o mundo.

O Brasil, conhecido por sua beleza natural e rica cultura, é lamentavelmente associado ao turismo sexual devido a estereótipos construídos pelos meios de comunicação, que perpetuam a imagem da mulher brasileira como objeto sexual. Essa imagem, juntamente com a falta de compreensão da cultura local e o machismo, torna o Brasil um destino procurado para o turismo sexual.

No entanto, enfrentar essa prática nefasta requer esforços internacionais coordenados e a aplicação rigorosa das leis que visam punir os responsáveis. A conscientização é fundamental, não apenas entre os governos, mas também entre as organizações não governamentais e a indústria do turismo. Os funcionários de hotéis e aeroportos devem ser treinados para identificar possíveis vítimas e relatar atividades suspeitas às autoridades, desempenhando um papel crucial na prevenção do turismo sexual.

O relatório sobre a CPI da Exploração Sexual Infanto-Juvenil destaca a forma como o "pornoturismo" é comercializado e como os estrangeiros são atraídos para o Brasil em busca de práticas de exploração sexual a baixo custo. Esse comércio transcende as fronteiras, com pacotes turísticos sendo vendidos no exterior e incluindo passagens de volta para que as pessoas prostituídas possam ficar com seus exploradores, muitas vezes ficando em situações degradantes e perigosas²³.

4.4 Exploração Sexual Infantil: Pornografia e Pedofilia

A exploração sexual infantil é uma chaga que assola a sociedade contemporânea, encontrando expressão sinistra na pornografia infantil e na pedofilia. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990²⁴, define as penas relacionadas a esses crimes, destacando o artigo 240, que tipifica a produção, reprodução e registro de cenas de sexo explícito ou pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes. A disseminação da internet exacerbou esse problema, permitindo que predadores se escondam atrás de perfis falsos para aliciar suas vítimas.

²³ JESUS, Damásio E. de, op. cit. p.159.

²⁴ BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Dona M. Hughes²⁵ observou que a generalização do acesso à internet desde 1996 expandiu significativamente a pornografia infantil. Isso não apenas aumentou as "oportunidades" para predadores, mas também criou o odioso papel daqueles que aliciam crianças, muitas vezes, afastando-as de suas famílias para locais distantes. A pornografia infantil é altamente lucrativa, alimentando um mercado clandestino que atrai pedófilos em busca de material cada vez mais depravado.

Crianças são traficadas para satisfazer a demanda de pedófilos, seja para a indústria pornográfica ou para as garras de predadores em suas casas. O abuso sexual infantil muitas vezes passa despercebido, uma vez que as vítimas podem não saber como expressar o que estão passando, e a exploração pode ocorrer em qualquer lugar, inclusive em ambiente familiar.

Dados da ABRAPIA revelam que as crianças brasileiras são exploradas sexualmente por pedófilos, inclusive em pequenas cidades, onde a própria família da criança pode estar envolvida. O agressor pode ser o pai, o padrasto, o tio, o avô ou até mesmo o irmão mais velho. A proteção das crianças, especialmente contra a exploração sexual, requer uma ação coordenada e eficaz.

A ABRAPIA, por intermédio do disque-denúncia, descobriu que as crianças brasileiras são exploradas sexualmente por pedófilos até mesmo em pequenos municípios do país, e que a família da criança está muitas vezes envolvida. O pedófilo por ser o pai ou o padrasto, o tio ou o avô ou ainda o irmão mais velho. Somente o cuidado com as crianças jovens, sobretudo para protegê-las da exploração sexual, e a disseminação de Delegacias de Polícia e Promotorias de Justiça especializadas pode impedir a repetição desses fatos²⁶.

Em um mundo interconectado e tecnologicamente avançado, a exploração sexual infantil, envolvendo pornografia e pedofilia, no contexto do tráfico internacional de pessoas, emerge como um flagelo que desafia nossa compreensão e exige uma resposta urgente e coordenada. O desamparo das crianças e adolescentes diante desses predadores é uma afronta à humanidade.

Portanto, é imperativo que a sociedade, os governos, as instituições e as famílias unam-se para erradicar esse abuso. A educação, a conscientização e a implementação de medidas eficazes são armas poderosas. Através da ação coletiva e do comprometimento contínuo se pode avançar a um futuro onde as crianças cresçam livres de medo, abuso e exploração, garantindo-lhes a oportunidade de alcançar todo o seu potencial.

²⁵ HUGHES, Donna M. The Internet and sex industries: partners in global sexual exploitation. *Technology and Society Magazine*, Spring, 2000. In: JESUS, Damásio E. de. *Tráfico internacional de mulheres e crianças - Brasil: aspectos regionais e nacionais*. São Paulo: Saraiva. 2003. p.161

²⁶ JESUS, Damásio E. de, op. cit.p.163.

5 CONVENÇÃO E TRATADOS INTERNACIONAIS

²⁷Os convênios e tratados internacionais têm desempenhado um papel fundamental na abordagem de questões cruciais, como o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Desde os primórdios do século XIX, quando o Tratado de Paris entre Inglaterra e França, em 1814, começou a focar no tráfico de negros para a escravidão, até os dias atuais, com instrumentos jurídicos mais abrangentes, o direito internacional tem evoluído para lidar com essa problemática de maneira mais eficaz.

A Convenção de 1926, promovida pela Sociedade das Nações e posteriormente reafirmada pela ONU em 1953, definiu o tráfico de escravos como a captura, aquisição ou cessão de indivíduos para venda ou troca, bem como atos de comércio ou transporte de escravos. Além disso, estabeleceu que a escravidão é a condição na qual os direitos de propriedade são exercidos sobre um indivíduo. A Convenção de Genebra de 1956 expandiu esse foco, incluindo instituições e práticas análogas à escravidão, como a imobilização por dívidas e a servidão.

No entanto, a preocupação não se limitou apenas ao tráfico de negros e à escravidão. A partir do início do século XX, o tráfico de mulheres brancas para prostituição também entrou em foco. Vários convênios e tratados foram assinados nas décadas seguintes, visando reprimir o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Esses acordos incluíram a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas (1904), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (1921), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1933), o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947) e a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (1949).

Esses esforços podem ser divididos em duas fases distintas: antes e depois da Convenção de 1949. Inicialmente, a preocupação era proteger principalmente as mulheres europeias, com um foco específico no leste europeu. No entanto, à medida que o tempo passou, a proteção foi estendida a todas as mulheres, incluindo crianças e adolescentes. As convenções anteriores tratavam o consentimento como um fator relevante na imputação de crimes, mas a Convenção

²⁷ Tráfico de pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo, Ela Wiecko V. de Castilho, 2008.

de 1949 mudou esse paradigma, enfatizando a dignidade e o valor da pessoa humana, independentemente do sexo e da idade da vítima.

A partir de então, uma série de desenvolvimentos importantes ocorreu na legislação internacional, com destaque para o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecido como Protocolo de Palermo (2000). Este Protocolo definiu o tráfico de pessoas de forma abrangente, incluindo recrutamento, transporte, transferência e exploração, sem depender exclusivamente do consentimento das vítimas. Também abordou várias formas de exploração, como a exploração sexual, o trabalho forçado, a escravidão e a remoção de órgãos.

Essa terceira fase do controle jurídico internacional no combate ao tráfico de pessoas enfatiza a proteção de todos os seres humanos, com especial atenção a mulheres e crianças, e reconhece que a exploração sexual, entre outras formas de exploração, representa uma grave violação dos direitos humanos. No entanto, questões relacionadas ao consentimento e à interpretação ainda geram debates e desafios significativos.

Ao longo da história, as convenções e tratados internacionais têm desempenhado um papel crucial na luta contra o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Esses acordos evoluíram para abordar questões mais abrangentes e proteger todos os indivíduos, independentemente de sexo e idade, contra essa forma de violência e exploração.

5.1 Tráfico de Pessoas na Lei nº 13.344/16

A Lei 13.344/2016 representa um marco significativo no cenário jurídico brasileiro no que diz respeito ao combate ao tráfico de pessoas. Esta legislação não se limita apenas a endurecer as penalidades para os envolvidos, mas estabelece uma abordagem ampla que abrange conceitos, modalidades, prevenção, proteção e a valorização dos direitos humanos das vítimas.

A lei aboliu os antigos artigos 231²⁸ e 231-A, que tratavam do tráfico internacional e interno para fins de exploração sexual, consolidando esses crimes no novo artigo 149-A do Código Penal. Este artigo tipifica o crime de tráfico de pessoas, definindo-o como o ato de

²⁸ Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

“agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoas sob grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de extrair órgãos, sujeitar à escravidão, servidão, adoção ilegal ou exploração sexual. As penas para esse crime variam de 4 a 8 anos de reclusão, além de multa”.

A Lei 13.344/16 também estabelece agravantes, aumentando a pena quando o crime for cometido por funcionário público em suas funções, contra crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, ou quando o agente se aproveita de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica. Além disso, a retirada da vítima do território nacional é considerada uma causa de aumento de pena.

No entanto, a lei apresenta algumas limitações notáveis. Ela enumera apenas algumas das muitas modalidades possíveis de exploração do ser humano, como a remoção de órgãos, trabalho em condições análogas à de escravo, servidão, adoção ilegal ou exploração sexual. Essa lista restrita exclui outras formas de exploração, como o casamento forçado e a mendicância, deixando lacunas importantes na proteção legal.

Outra questão crítica é a falta de inclusão no texto da exploração baseada na vulnerabilidade da vítima, bem como o pagamento ou aceitação de dinheiro como meio de cometer o crime. O Protocolo de Palermo e a Política Nacional reconhecem a importância da vulnerabilidade humana como um fator central no tráfico de pessoas, mas a Lei 13.344/16 não incorpora completamente esses conceitos.

Além disso, a ausência do reconhecimento do consentimento da vítima como irrelevante para caracterizar o crime levanta preocupações, pois isso poderia enfraquecer a repressão ao tráfico e perpetuar a revitimização das pessoas envolvidas. É crucial considerar a vulnerabilidade humana como uma causa subjacente do tráfico de pessoas e, conseqüentemente, a relativização do consentimento da vítima nesses casos.

Nesse sentido, é o entendimento adotado pelos seguintes tribunais, assim por exemplo, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES. ULTRA-ATIVIDADE DO ART. 231 DO CP E ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DO ART. 149-A DO CP. LEI N. 11.344/16. ABOLITIO CRIMINIS.

1. Após o advento da Lei n. 13344/16, somente haverá tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual, em se tratando de vítima maior de 18 anos, se ocorrer ameaça, uso da força, coação, rapto, fraude, engano ou abuso de

vulnerabilidade, num contexto de exploração do trabalho sexual. 2. A prostituição, nem sempre, é uma modalidade de exploração, tendo em vista a liberdade sexual das pessoas, quando adultas e praticantes de atos sexuais consentidos. No Brasil, a prostituição individualizada não é crime e muitas pessoas seguem para o exterior justamente com esse propósito, sem que sejam vítimas de traficante algum.

3. No caso, o tribunal a quo entendeu que as supostas vítimas saíram voluntariamente do país, manifestando consentimento de forma livre de opressão ou de abuso de vulnerabilidade (violência, grave ameaça, fraude, coação e abuso). Concluir de forma diversa implica exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial, a teor da Súm. n. 7/STJ. Jurisprudência/STJ - Acórdãos Página 1 de 24. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg nos EDcl no AREsp: 1625279 TO 2019/0349547-2, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 23/06/2020, T5 – QUINTA TURMA, Data da publicação: DJe 30/06/2020)

Analisando o caso mencionado, não houve exploração sexual, pois as vítimas não foram sujeitas a nenhum abuso ou coação que as obrigasse a deixar o país; sua partida foi inteiramente voluntária.

A Lei 13.344/16 representa um avanço no combate ao tráfico de pessoas no Brasil, especialmente no contexto da exploração sexual internacional. No entanto, ela apresenta limitações que precisam ser abordadas para fortalecer ainda mais a proteção das vítimas e a eficácia das políticas públicas de prevenção. É fundamental reconhecer a complexidade do tráfico de pessoas e adaptar as leis de acordo com as normas internacionais e as necessidades das vítimas.

5.2 Implicações no procedimento penal

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tráfico internacional de pessoas muitas vezes começa com a ajuda de agentes brasileiros, que atuam como intermediários para organizações criminosas estrangeiras. Esses agentes, frequentemente associados a atividades ilícitas como drogas, prostituição, lavagem de dinheiro e contrabando, desempenham um papel crucial na facilitação desse crime transnacional²⁹.

Uma característica notável desse crime é sua sofisticação operacional, que exige diferentes níveis de escolaridade dos traficantes para evitar a detecção. Além disso, o tráfico internacional de pessoas se enquadra na definição de organização criminosa, conforme previsto

²⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Tráfico de Pessoas. Brasília, DF, 2006.

na Lei 12.850/13, devido à formação de redes complexas e à diversidade de atividades ilícitas associadas a ele.

A aplicação da Lei 12.850/13, que regulamenta a atuação das organizações criminosas, trouxe inovações significativas para as investigações, incluindo a colaboração premiada, a ação controlada e a possibilidade de infiltração de agentes policiais nas organizações. Essas ferramentas têm sido cruciais para dismantelar as redes de tráfico de pessoas.

Outro aspecto relevante é a extraterritorialidade da lei penal brasileira, que permite a jurisdição brasileira sobre crimes cometidos no exterior, desde que preenchidos certos requisitos, como a entrada do agente no território nacional. Isso é especialmente importante para lidar com o tráfico internacional de pessoas, que transcende as fronteiras nacionais.

O art. 7º do CP afirma que:

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: II – os crimes:

a) Que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir §2º Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) Entrar o agente no território nacional;
- b) Ser o fato punível também no país em que foi praticado;
- c) Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;
- d) Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
- e) Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável

§3º A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

- a) Não foi pedida ou foi negada a extradição;
- b) Houve requisição do Ministro da Justiça.

Assim, no contexto do tráfico internacional de pessoas, que envolve cruzar fronteiras entre nações, tanto a ação quanto suas consequências ocorrem fora do território brasileiro. Portanto, é importante levar em conta a aplicação extraterritorial da lei penal, que estende a jurisdição brasileira mesmo a crimes cometidos além das fronteiras do país.

O Brasil é signatário da Convenção de Palermo, que aborda o tráfico internacional de pessoas, e ratificou essa convenção por meio da Lei 13.344/2016. Isso obriga o país a regulamentar e fiscalizar o combate a essa prática criminosa de acordo com as normas internacionais.

Um desafio significativo na luta contra o tráfico de pessoas é o desconhecimento da população e dos profissionais que atuam no combate ao crime. No entanto, a nova legislação tornou mais eficaz a punição dos traficantes, tornando claro que o simples ato de transportar uma vítima para o exterior com a finalidade de exploração sexual já configura crime.

No entanto, questões subjetivas relacionadas à volitiva da vítima e à Síndrome de Estocolmo ainda geram debates jurídicos complexos. A compreensão desses aspectos é crucial para garantir uma justiça eficaz no combate ao tráfico internacional de pessoas.

A legislação atual, os acordos internacionais e as ferramentas de investigação têm desempenhado um papel fundamental no combate a esse crime. No entanto, a complexidade da questão exige uma abordagem contínua e aprofundada para garantir a justiça e a proteção das vítimas.

6 USO DA TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO NA COORDENAÇÃO DO TRÁFICO

No mundo cada vez mais conectado à internet, o avanço da era digital trouxe consigo novas dimensões de relacionamento e interação entre as pessoas. Redes sociais como o Facebook, o Twitter e o Instagram permitiram a aproximação de indivíduos de diferentes partes do planeta com apenas um clique. No entanto, essa conectividade também abriu portas para o lado sombrio da tecnologia, como o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual.

A facilidade de criação de perfis falsos em redes sociais e sites de relacionamento, conhecidos como "fakes," tem se tornado uma ferramenta nefasta nas mãos de criminosos que coordenam o tráfico humano. A ausência de autenticação de identidade por parte dos provedores desses serviços permite que indivíduos se passem por outras pessoas, enganando potenciais vítimas. Essa prática, aliada à interação em massa pela tela do computador ou celular, cria um ambiente propício para a prática de crimes.

As redes sociais e endereços eletrônicos também têm sido utilizados por agências falsas que aliciam adolescentes para o tráfico sexual, prometendo oportunidades ilusórias de emprego e viagens. Segundo Thiago Tavares Nunes de Oliveira³⁰, presidente da SaferNet, há uma lista com cerca de 700 sites de recrutamento de modelos denunciados à SaferNet, demonstrando a escala desse problema. A deep web, uma parte obscura e inacessível da internet, torna-se um terreno fértil para negociações ilícitas, incluindo o tráfico de seres humanos.

³⁰ A SaferNet é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito com a missão de defender e promover os direitos humanos na Internet (SAFERNET, 2018)

O anonimato oferecido pela internet facilita a captura de vítimas à distância, eliminando a necessidade de um contato direto. Os criminosos podem criar perfis falsos convincentes, convencendo as vítimas de oportunidades de emprego em outros estados ou países. O número de contas falsas na internet é surpreendente, com relatórios divulgados pelo Facebook mostrando que aproximadamente 3% a 4% dos usuários ativos mensais são contas falsas.

A falta de legislação específica para crimes virtuais, incluindo o tráfico de pessoas facilitado pela internet, e a falta de mecanismos de investigação adequados tornam o combate a esse crime desafiador. A cooperação internacional também é um obstáculo, pois exige que o país de destino tenha evidências substanciais antes de iniciar uma investigação.

A conscientização da sociedade sobre o problema do tráfico humano e a necessidade de denúncia são cruciais. Muitas vezes, os sequestradores agem de forma persuasiva, iludindo as vítimas e suas famílias com promessas falsas de oportunidades de emprego.

O Brasil e outros países enfrentam uma série de obstáculos no combate ao tráfico de pessoas facilitado pela tecnologia. A falta de recursos, de agentes especializados e de uma legislação robusta são desafios que precisam ser superados. No entanto, a conscientização, a cooperação internacional e a pressão pública podem ser passos importantes na direção certa.

Em suma, o uso da tecnologia e comunicação na coordenação do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é uma ameaça crescente que exige uma abordagem multifacetada, envolvendo governos, empresas de tecnologia e a sociedade civil, para combater eficazmente essa grave violação dos direitos humanos.

7 CONCLUSÃO

O tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é uma realidade persistente e preocupante que demanda a atenção e ação imediata da sociedade e das autoridades. Embora tenhamos testemunhado avanços legislativos e esforços de combate, a crescente utilização da internet como ferramenta de recrutamento e exploração sexual coloca desafios inéditos e exige uma resposta adaptada.

A falta de conscientização pública sobre esse crime é um fator preocupante, uma vez que a divulgação limitada do problema obscurece sua extensão e dificulta o envolvimento da sociedade na denúncia e prevenção. As redes de comunicação globais, embora valiosas em muitos aspectos, também são exploradas por criminosos para alcançar potenciais vítimas, explorando o anonimato e a facilidade de acesso. A ausência de mecanismos eficazes de investigação nas plataformas digitais representa um obstáculo significativo para a aplicação da lei.

Neste contexto, é imperativo que os governos adotem medidas mais abrangentes e específicas para lidar com o tráfico de pessoas. A criação de unidades especializadas e a cooperação internacional são passos essenciais para enfrentar esse desafio de maneira eficaz. Além disso, é crucial que os tratados internacionais e as leis nacionais sejam atualizados para abordar adequadamente a dimensão desse crime.

Embora a legislação existente e os esforços de combate tenham avançado, a conclusão é que eles ainda não são suficientes para lidar com o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual na era digital. A invisibilidade desse problema aos olhos dos legisladores é um chamado urgente para revisar e fortalecer as estratégias de prevenção, repressão e assistência às vítimas. Somente através de uma abordagem holística, que abranja a conscientização pública, a atualização legal e o uso responsável da tecnologia, poderemos esperar um progresso significativo na erradicação desse crime hediondo e na proteção das vítimas em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. **Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.**

SALGADO, Daniel Resende. **Tráfico de seres humanos para fim de exploração sexual: o abuso e a manifestação da vontade em um contexto de vulnerabilidade.** Revista do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, v. 1, p. 213-228, 2019.

UNODC (2021): **Global Report on Trafficking in Persons.** Vienna: United Nations.

UNODC. Documento temático. **O abuso de posição de vulnerabilidade e “outros” meios no âmbito da definição do tráfico de pessoas.** Vienna. 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 10. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Abolição do Trabalho Forçado.** Convenção nº 105.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Lavagem de dinheiro proveniente de tráfico internacional de mulheres e crianças não constitui crime.** Revista da AJUFE, Brasília, v. 21, n. 73, p.63-68, 2003.

Lei 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei no. 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei no. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal),

e o Decreto-Lei no. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei no. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

RODRIGUES, T. de C. (2012). *O Tráfico Internacional de Pessoas para Fim de Exploração Sexual e a Questão do Consentimento*. São Paulo: Curso de Direito, Universidade de São Paulo.

PINTO, Anália. Tráfico de pessoas: preconceito e discriminação, Revista do Tribunal Regional da 3ª Região, ISSN 1982-1506, São Paulo, 2019.

PLANALTO.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm

JUSBRASIL.com.br/topicos/10609118/paragrafo-2-artigo-231-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça. Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime. Pesquisa ENAFRON – **Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira**. Brasília, 2013

LEAL, Maria Lucia; LEAL, Maria de Fátima. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Relatório Nacional de Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil - PESTRAF. Brasília, DF, 2002.

OIT. (2006). Organização Internacional do Trabalho. *Tráfico de Pessoas para Fim de Exploração Sexual*. Brasília: ONU, escritório no Brasil.

<https://www.unodc.org/lpobrazil/pt/frontpage/2021/09/pobrezaedesempregoprincipais-fatores-que-influenciam-o-traffic-de-pessoas-no-brasil.html>.

<https://direito.idp.edu.br/idp-learning/direito-penal/traffic-pessoas-exploracao-sexual/>

<https://www.asbrad.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Trafico-de-pessoas-da-Convencao-de-Genebra-ao-Protocolo-de-Palermo.pdf>